



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A TRINTA DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE

Acta nº 1/2020

Aprovada em 29/06/2020

No dia vinte de Janeiro de dois mil e vinte teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão extraordinária de 2020 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### I - ABERTURA DOS TRABALHOS

**Informações do Presidente da Assembleia.**

#### II - ORDEM DO DIA

##### Ponto único

**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**

- **Delegação de competências municipais nas Uniãos e Juntas de Freguesia, através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos;**
- **Mapa de Pessoal para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LPCA).**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

*Eleitos directos*

Luís Marinho, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Vítor Parola, Rosa Isabel, António Correia, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia, José Dias e José Cortesão.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* Arménio Ferraz, Bruno Fonseca, Fernando Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

**Grupo Municipal (PPD/PSD):**

*Eleitos directos*

José Rodeiro, Paula Alves, Júlio Gaudêncio, Sérgio Alves e Anabela Ramos.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* Francisco Andrade, António Teodoro, José Simão e João Campos.

**Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

*Eleitos directos*

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Victor Carvalho e Isabel Melo.

*Presidentes de Juntas de Freguesia:* António Lopes e Jorge Mendes.

**Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

*Eleitos directos*

Filomena Girão, Carlos Silva, Lúcia Ferraz, Ana Figueiredo, e Lara Martins.

*Presidente de Junta de Freguesia:* Rui Soares.

**Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

*Eleitos directos*

Helena Mendes, Tiago Mariz e Lúcia Santos.

**Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

*Eleitos directos*

Graça Simões e Serafim Duarte.

**Deputado Municipal do PPM**

António Cabral Oliveira

**Deputado Municipal do MPT**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rui Campos

### **Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado e do Vice-Presidente Carlos Cidade, estiveram presentes os Vereadores, Regina Bento, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo, José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

Deputado municipal **Luís Silva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Deputado municipal **Ferreira da Silva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Cortesão**.

Deputado municipal **João Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.

Deputado municipal **António Coelho**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Bruno Fonseca**.

### **Grupo Municipal (PPD/PSD):**

Deputado municipal **Nuno Freitas**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**.

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Anabela Ramos**.

Deputada municipal **Carolina Patrício**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Sérgio Alves**.

### **Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

Deputado municipal **José Albino**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Lúcia Ferraz**.

Deputado municipal **João Aldeia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Ana Figueiredo**.

Deputada municipal **Daniela Sequeira**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Lara Martins**.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Deputada municipal **Filipa Malva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

Deputado municipal **Pedro Filipe**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Mariz**.

## **I - ABERTURA DOS TRABALHOS**

### **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

→ Declarou aberta formalmente a 1ª sessão extraordinária de 2020, uma vez que havia quórum.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que, aquela reunião se compunha apenas por um “*Ponto Único*”. A convocatória tinha sido feita de acordo com o aquilo que era o direito potestativo, consagrado na Lei nº 75/2013 e no Regimento da Assembleia Municipal e que, a Câmara Municipal tinha, através do seu Presidente de poder para convocar uma reunião extraordinária, com um tempo de discussão de cerca de uma hora, repartida de acordo com a tabela de tempos usual e, caso fosse necessário, seria adequada conforme o decorrer daquela reunião;
- Pediu que fizessem chegar à Mesa, formalmente, os nomes dos intervenientes de cada grupo político e que fossem cumpridos os tempos extipulados para cada um;
- Submeteu de imediato a “*Ordem de Trabalhos*” à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade;
- Terminou dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:**

- Informou que, a Visão Estratégica - Um compromisso com a cidade e os cidadãos que apresentavam para as Grandes Opções do Plano e Orçamento e documentos complementares, integrava um compromisso, era valorizar Coimbra, consolidando aquele concelho de história, de património, de pessoas, de ciência e de cultura, numa cidade cosmopolita e empreendedora, de investimento, de tecnologia e de indústrias criativas, de inovação e conhecimento, onde as pessoas tivessem gosto de viver, de trabalhar e de estudar e os visitantes sentissem vontade de voltar;
- Disse que tinha sido com aquele desígnio que apresentavam aos coimbricenses e era aquele o guia do trabalho diário, desde 2013, baseado em três premissas fundamentais e das quais não abdicavam: o apoio às famílias; a reabilitação urbana; e o bem-estar da comunidade;
- Informou que a Câmara Municipal continuava a destinar mais de metade dos seus recursos para funções sociais, com especial destaque para o investimento no apoio às famílias e na ação social e transportes escolares. Aquela era uma prioridade de ação, que visava garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação, suavizar os orçamentos familiares e valorizar a escola pública, estimulando assim a natalidade e a fixação de famílias no concelho;
- Disse que queriam, também, que Coimbra fosse uma cidade cada vez mais moderna, atractiva e bonita. Uma cidade orgulhosa de si mesmo. Era por isso, que através da política fiscal continuavam a empreender o desencorajamento do abandono dos imóveis e, por outro lado, incentivar a sua reabilitação e da responsabilidade direta da Câmara Municipal, continuarem a dar seguimento ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), reabilitando prédios, ruas, avenidas, largos, becos e praças do espaço público da Alta e da Baixa de Coimbra;
- E, a aqueles desafios, acrescia a preparação da candidatura de “*Coimbra a Capital Europeia da Cultura em 2027*”, no trabalho que já tinham empreendido, numa reflexão a uma década de distância, a construir e a assumir a cultura como via estruturante para o desenvolvimento de Coimbra e sua região.
- Mas para poderem prosseguir com aquela visão estratégica no Município de Coimbra, disse que era imperativa uma gestão séria e rigorosa que permitisse, de forma eficiente, sustentável e transparente, qualificar o território e valorizar os municípios. E para tal, era necessário, desde logo, ter contas certas, rigorosas e positivas, como tinha sido o caso do Exercício de 2018, que tinha terminado com 35,7 milhões de euros de saldo de gerência positivo;
- Informou que aquele saldo era fruto de uma gestão rigorosa e bem delineada e não à custa de reduções salariais, de subida de impostos ou do adiamento de investimentos, bem pelo contrário. Exemplo disso, e fruto desta gestão criteriosa, era a aplicação da taxa mínima legal possível do IMI aos prédios urbanos, pela primeira vez em 2019, porquanto a autarquia tinha saúde financeira e capacidade para realizar todos os investimentos financiados e programados no âmbito do “*Portugal 2020*”;
- Afirmou que a concretização daquela visão para Coimbra, densificada no Orçamento que apresentavam para 2020 e nas Grandes Opções do Plano, através da definição dos objetivos, programas e ações dotadas de financiamento adequado já definido, consubstanciava-se nas seguintes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

linhas de orientação estratégica, correspondente à ambição de fortalecer Coimbra como: Cidade Empreendedora, de Investimento, de Inovação, de Tecnologia e de Indústrias Criativas; Cidade Solidária, Humanista, Segura e Ambientalmente Responsável; Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento; Cidade Turística e Acolhedora; Cidade Educadora, do Desporto e da Juventude; Cidade da Saúde; Cidade promotora da participação dos cidadãos nas políticas públicas;

- Disse que como era sabido, as GOP's e o Orçamento Municipal para 2020 resultavam de um intenso trabalho técnico dos serviços municipais, devidamente articulado com os consensos alcançados nas reuniões preparatórias e de auscultação prévia, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, dos representantes dos Grupos Políticos da Assembleia Municipal, que tinha ocorrido entre 21 e 23-10-2019. Nesse mesmo período, tinham-se realizado as reuniões com as Juntas de Freguesia, cuja avaliação das propostas apresentadas culminou na reunião plenária, realizada em 23-10-2019. Resultado daquele processo participado, a proposta de GOP's e Orçamento para 2020 tinha sido agendada, em 24-10-2019, e apreciada na reunião da Câmara Municipal, de 29-10-2019, tendo sido aprovada para ser submetida a deliberação da Assembleia Municipal, cuja sessão decorreu em 27-12-2019, que decidiu “*não aprovar*” a proposta da Câmara;
- Assim, no compromisso sempre reiterado de valorizar Coimbra, e sendo conhecidos os graves impactos da não aprovação daqueles documentos estratégicos, tinha-se desencadeado um processo político construtivo visando o aperfeiçoamento das propostas e a sua reapreciação nos órgãos autárquicos competentes;
- Em resultado e considerando que Coimbra tinha de continuar a investir para se manter como uma das melhores cidades de Portugal para viver, reafirmavam e objetivavam para 2020, os seguintes compromissos: *Recuperação dos desvios na execução das obras pelas freguesias, garantindo a entrega dos projetos necessários à conclusão das obras de todas as Juntas de Freguesia referentes aos anos 2017, 2018 e 2019, durante o 1º semestre daquele ano e, até Setembro desse ano, das obras do ano de 2020, cujas propostas tivessem sido apresentadas pelas respetivas Juntas de Freguesia durante o 1º trimestre daquele ano, desencadeando-se o processo de consulta às freguesias logo após a aprovação do orçamento em Assembleia Municipal, de forma a possibilitar que aquelas apresentassem os planos no prazo solicitado; Alteração do modelo de fornecimento de refeições escolares, no sentido de aproximar a sua confeção dos consumidores, desenvolvendo os seguintes procedimentos:*
  - I. *apresentação, até abril de 2020, de um plano que contivesse o levantamento das escolas já equipadas para confeção e distribuição de refeições e aquelas onde o investimento tivesse de ser realizado;*
  - II. *realização de estudo necessário à viabilização de uma central de compras e distribuição baseada no levantamento de dados de produtores locais capazes de fornecer os bens necessários à confeção de refeições;*
  - III. *proceder ao levantamento de necessidades de pessoal e procedimentos legais, relacionadas com a concretização das medidas, no sentido do planeamento das ementas, confeção e distribuição de refeições, assim como o controlo de qualidade;*
  - IV. *decidir, em Abril, e em face dos resultados do levantamento, considerar o “Centro Escolar de Brasfemes” e outras escolas para avançar com projetos piloto;*
- Mais disse que, estando previsto naquela proposta de GOP's a elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (GOP 02007 2020 382) assumiam que: durante o 1º trimestre, seriam iniciados os trabalhos com vista à abertura do respetivo procedimento; continuação da aposta na modernização e reforço da frota dos SMTUC e na expansão do serviço público de transporte coletivo de passageiros a todo o concelho, bem como reforço de pessoal de acordo com as necessidades identificadas, conferindo dignidade profissional e condições de trabalho aos trabalhadores envolvidos no cumprimento daquela função social primordial, que tinha de ser garantida na esfera pública pelo Município, contando com a colaboração da Assembleia da República na alteração do conteúdo das carreiras profissionais; promoção da habitação através da requalificação dos bairros municipais e do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aumento dos fogos com condições de habitabilidade; proceder à atualização do levantamento de imóveis efectuado, aquando do alargamento das ARU's e, até ao fim do ano, iniciar os procedimentos para proceder à colocação de imóveis em regime de arrendamento ou venda a custos controlados ou para apoiar o associativismo, cultural, desportivo e juvenil, travando a especulação e revitalizando o coração da cidade; criação do “Conselho Municipal da Cultura”, durante o 1º semestre de 2020;

- Informou que estavam, igualmente, cientes que o ano de 2020 traria, novos desafios designadamente, a aceitação de competências para a Autarquia no âmbito do processo político em curso, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local democrático. De facto, o poder local tinha como missão essencial assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade às suas comunidades. Não visava o lucro, antes procurava a gestão equilibrada das contas promovendo as políticas públicas adequadas à resolução dos problemas concretos das pessoas. Aquele era, aliás, o desiderato essencial das autarquias locais;
- Mais informou que vinham demonstrando que os órgãos do Poder Local Democrático eram, efetivamente, capazes de gerir com rigor e eficiência os dinheiros públicos e, com aquela gestão, produzir bons resultados, não só, financeiros, mas também na qualidade dos serviços públicos prestados aos seus concidadãos;
- Terminou informando que, consolidada a descentralização e afinados os detalhes necessários, estavam convictos que, o próximo passo seria a regionalização, naturalmente através de um referendo. Era preciso que o país ultrapassasse aquele tabu e que os autarcas e governantes se empenhassem para que a regionalização fosse efetivamente realizada em Portugal, para o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional de modo que, sempre, com base no poder local democrático, se pudessem dinamizar novas políticas solidárias integradoras de proximidade pela regionalização democrática. Era para aquilo que trabalhavam, conjunta e conjugadamente, todos os dias.

## II - ORDEM DO DIA

### Ponto único

#### **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**

- **Delegação de competências municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia, através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos;**
- **Mapa de Pessoal para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LPCA).**

#### **Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS):** [\(áudio 30:06 a 33:25 da 1ª gravação\)](#)

- Informou que começavam como tinham terminado, com jogos partidários pouco claros, ficando por perceber porque não tinham tido a confortável votação que precisavam para aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, em Dezembro último naquela Assembleia Municipal, porque o que ali estavam a aprovar era o mesmo documento, apenas com pequenas alterações de cosmética;
- Disse terem sido acusados de força de bloqueio por reprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, mas que não ficassem dúvidas, a maior força de bloqueio ao desenvolvimento de Coimbra tinha sido devido às opções tomadas pelo Partido Socialista e essa sim, era a verdadeira força de bloqueio que o CDS iria continuar a rejeitar;
- Mais disse que, Coimbra perdia população e envelhecia a cada ano que passava e o Executivo Camarário continuava a assobiar para o lado como se de nada se tratasse, ficando isso evidente nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 com o investimento previsto em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconómico de Coimbra, essencial para que a cidade pudesse reclamar o lugar que há muito tinha perdido;
- Informou que a falta de incentivos concretos e eficazes que permitissem a fixação de empresas, a diversificação da economia, a criação de riqueza e, conseqüentemente, a fixação da população jovem, através da criação de emprego, ia continuar a determinar que Coimbra continuasse a viver na ilusão do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- que poderia ser, mas não era, deixando-se constantemente ultrapassar por outras cidades que estavam a crescer e a atrair população jovem, tão necessária ao desenvolvimento sustentado dos territórios;
- Terminou afirmando que por aquelas razões e por muitas outras que o tempo distribuído não lhes permitia desenvolver, ficava claro que iam rejeitar aquelas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 que não serviam Coimbra e não colocavam as pessoas em primeiro lugar;
  - Terminou informando que a Assembleia Municipal, era com pena que o diziam, valia pouco mais que zero e era assim que se queria descentralizar ou regionalizar. Decisões autocráticas e cada vez menos escrutinadas iam levá-los para o abismo, pois ia-se afinal, descentralizar para logo a seguir centralizar no Presidente da Câmara. Assim se a capacidade de fiscalizar da Assembleia Municipal não se tornasse mais efetiva, assim como a sua capacidade interventiva, que a tornasse mais proactiva e menos reativa, iriam continuar a perder tempo e recursos sem qualquer benefício para Coimbra.

### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\(áudio 33:55 a 40:38 da 1ª gravação\)](#)

- Informou que o orçamento que ali lhes traziam para votar era exatamente igual ao anterior e devia preocupar a todos que uma demagógica alteração retórica, traduzida em alguns parágrafos de boas intenções, fosse suficiente para mudar o voto de qualquer vereador ou deputado;
- Disse que o CPC era responsável e constituía-se precisamente para que se levantasse uma voz contra aquela forma estreita e velha de dirigir os destinos do Concelho, que emperrava de facto o seu desenvolvimento; O CPC era responsável e percebia a situação difícil dos trabalhadores dos serviços municipais, reféns próximos de burocracias e de desnorte estratégico, e não apenas ali na falta de orçamento aprovado;
- Mais disse que repetiam apenas algumas propostas concretas do CpC, que não se deixavam esconder em declarações de intenções, nem se podiam satisfazer com projeções a longo prazo: Aquisição de imóveis para reabilitação e arrendamento controlado, defendendo a cidade da especulação imobiliária que preocupava já outras cidades, atraindo pessoas e melhorando o bem-estar social; não bastava reabilitar os adquiridos havia mais de 10 anos; não se contentamos, com o "*iniciar dos procedimentos*" introduzido na "Visão Estratégica" que lhes tinha sido apresentados; Executar as duas estratégias centrais para a defesa contra as alterações climáticas — a arborização da cidade e o fomento sério do transporte público; Exigiam que se levasse a sério a política de transferência de competências e recursos para as freguesias, que aquelas fossem realmente e atempadamente apoiadas no delineamento dos seus projetos, concretizando-se as obras; não era aceitável que obras propostas havia 3 anos continuassem por executar e não os convencia, uma declaração de intenções; nada se refletia no orçamento que lhes indicasse uma efetiva mudança na governação que, não só recuperasse atrasos, mas garantisse a total taxa de execução no presente ano; Queriam ver bem nítida a aposta no desenvolvimento cultural do Concelho e a determinação firme de uma candidatura qualificada a "*Capital Europeia de Cultura*"; não se espelhava nenhuma ação concreta e diferenciadora que para lai apontasse; quando propunham a concretização do "*Centro Cultural da Relvinha*", projetado desde 2003, estavam a focar uma medida simples mas indicadora de um rumo, que era com as pessoas que se fazia a cultura, mostrando, finalmente, que aquela candidatura não se encerrava apenas no alinhamento de boas ideias; sabiam que a Gare Rodoviária não estava incluída no Plano de Requalificação da Estação Velha, era preciso delinear e orçamentar o processo da sua remoção da Avenida Fernão de Magalhães e a sua construção em articulação com a ferrovia e o metro, criando um Centro Municipal de Transportes; não se entendia como se podia falar de um plano de mobilidade sustentada, sem nada se referir em relação aquele aspeto; Na educação, em que tinham sido acenadas com muito entusiasmo as enormes vantagens da descentralização, nada se via naquele orçamento que revelasse qualquer entusiasmo ou mudança; sabiam que a negociação não estava encerrada e que não podiam ver ainda as urgentes obras do José Falcão ou de outras escolas inscritas naquele orçamento, mas o que impedia a construção de creches, mesmo que apenas o seu planeamento, ou o apetrechamento de autocarros para transporte de crianças? Quanto às refeições escolares, produzidas e distribuídas numa lógica de proximidade, só questionavam as delongas e cautelas, sabendo-se que outros municípios já o tinham feito e que detinha condições de fornecimento facilitadas; no enfoque social e humanista, como



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

justificar que não se previsse os alojamentos para apoiar os projetos de vida dos sem-abrigo, acolher refugiados ou vítimas de violência;

- Terminou afirmando que, o voto contra aquele orçamento, era coerente e responsável. O tempo que se tinha perdido em Janeiro, como afirmava o Partido Socialista, era o tempo que o Partido Socialista tinha perdido entre Outubro e Dezembro, quando tinha continuado na sua atitude de fechamento, em vez de trabalhar para construir consensos com as outras forças políticas, igualmente legitimadas pelo voto dos cidadãos. O tê-las ouvido, pela 1ª vez, como obrigava o direito de oposição, apenas para fazer de conta, não contava na qualidade da democracia.

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** [\(áudio40:56 a 46:08 da 1ª gravação\)](#)

- Informou estarem ali de novo para discutir e votar as GOP e o Orçamento para 2020 e, por isso, importava desde logo explicitar o ocorrido entre a última reunião e a aquela da Assembleia Municipal;
- Disse que desde o chumbo do Orçamento do passado dia 27 de Dezembro até aquele dia, o Partido Socialista tinha-se limitado a uns quantos comunicados, na medida em que imputavam a responsabilidade do chumbo do Orçamento à oposição, numa manifestação inequívoca de desrespeito pela democracia, como se não fosse do Executivo a obrigação de dialogar com a oposição por forma a considerar a vontade de todos os municípios;
- Informou que as GOP e o Orçamento que ali iam votar eram exactamente os mesmos que toda a oposição tinha rejeitado havia 3 semanas, com a excepção de uns quantos compromissos de boa execução que, em organizações compostas por pessoas de bem, são desnecessários, importava, sim, avaliar o seu teor e a sua capacidade para fazerem crescer Coimbra, repetindo que aquele era um Orçamento que, mais uma vez, desrespeitava absoluta e incompreensivelmente a vontade da maioria dos eleitores de Coimbra e desconsiderava a sua necessidade de mudança e não era a oposição que obstaculizava um entendimento que traduzia a vontade da generalidade dos nossos municípios, era o Partido Socialista que, arrogantemente, se recusava a dialogar com a oposição.
- Mais disse que naquelas 3 semanas, o Partido Socialista não tinha tentado um único contacto com o Somos Coimbra que, pelo contrário, mais uma vez, tinha feito chegar ao Executivo as suas propostas para Coimbra, mas mais uma vez, nada tinha acontecido;
- Assim, repetiam, pois, o que então já tinham dito: Em Dezembro, o Partido Socialista não poderia ter-se queixado de ninguém, com excepção de si próprio, que, representando apenas 1/3 dos municípios de Coimbra, tinha optado por desconsiderar os restantes 2/3 de conimbricenses, cujos representantes não ouviu; Estranhamente, naqueles dias que tinham mediado aquelas duas votações, o Partido Socialista tinha repetido a mesmíssima atitude, no que respeitava ao Somos Coimbra ou seja o Partido Socialista não tinha respondido a nenhuma das múltiplas manifestações de total disponibilidade do Somos Coimbra, aliás, como tinha sucedido em matérias tão importantes quanto as da descentralização e, mais uma vez, naquela matéria, aquele Executivo e o Partido Socialista, não quis dialogar com ninguém e nem ouvir as pessoas que os tinham elegido a todos;
- Mais disse que como sempre, porque eram sempre a favor do diálogo construtivo que promovesse o desenvolvimento do concelho, tinham assumido as suas responsabilidades políticas que não passavam pelo exercício de jogos de poder, mas sim pela humildade de servir e, com aquela convicção, tinham apresentado ao Executivo as suas propostas, agrupadas em seis grandes temas, as tais que o Partido Socialista teimava em dizer que não existiam, e que entregariam, mais uma vez, aos jornalistas ali presentes, destacando: o Movimento Somos Coimbra não podia deixar de votar contra as GOP e o Orçamento da Câmara Municipal para 2020, que não se revelavam competentes para assegurar a melhoria da qualidade de vida das pessoas que sempre deveria ser o maior desígnio de qualquer força política; porque, ao contrário do que tinha dito o Presidente da Câmara Municipal, aquelas GOP e aquele Orçamento não assegurariam a tal “*cidade inovadora, tecnológica, moderna e integradora das populações das 31 freguesias que compõem o nosso município*”, afirmando que para tal seria necessário que trabalhassem de facto conjunta e conjugadamente;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Terminou, dirigindo ao Presidente afirmando que, lamentavelmente, ao contrário do que tinha dito, não era assim, mas o Somos Coimbra mantinha-se disponível para que no futuro assim fosse. Em prol da democracia, em prol de um melhor futuro para Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD):** [\(áudio 46:56 a 55:47 da 1ª gravação\)](#)

→ Informou que no passado dia 27 de Dezembro, em representação do grupo parlamentar do PSD naquela Assembleia Municipal, tinha tido a oportunidade de expor os argumentos que sustentavam o voto de rejeição das GOP e do Orçamento para 2020, que permaneciam actuais, na justa medida em que, no que lhes diz respeito, não havia da parte do Partido Socialista qualquer tentativa de abertura e diálogo com vista à inclusão das suas propostas que, em sede do direito de audição das demais forças políticas, tinham sido oportunamente apresentadas ao Executivo Municipal;

→ Disse que adormecido na sua concha, o Partido Socialista, quando confrontado com a não aprovação das GOP e do Orçamento para 2020, em Dezembro pretérito, tinha vindo a terreiro assacar culpas a toda a oposição, imputando-lhe o carácter de força de bloqueio do desenvolvimento do Município de Coimbra e responsabilizando-a pelos graves malefícios que munícipes e funcionários da autarquia necessariamente sofreriam, assim como num gesto desesperado e patético, porventura isolado no seio do Executivo Municipal, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, carregando as tintas da ira, ameaçou toda a oposição com a frase bombástica: *“A partir de agora, tolerância Zero”*;

→ Mais disse que final, quem verdadeiramente era responsável pelo chumbo, em Dezembro passado, das GOP e do Orçamento para 2020, aquele tal orçamento, que nos dizeres entusiásticos do inefável Vice-Presidente, era: *“o Maior e o Melhor Orçamento que alguma vez Coimbra teve”*, reproduzindo o que o Primeiro Ministro dissera quanto ao Orçamento geral de Estado para 2020? Mas a resposta residia no exórdio das GOP e Orçamento para 2020, que, sob a epígrafe *“Visão estratégica - um compromisso com a cidade e os cidadãos”* desenhava os compromissos para 2020, compromissos aqueles só agora expressamente assumidos nos documentos em apreciação e que, a versão de Dezembro pura e simplesmente tinha omitido;

→ Informou que como resultado das negociações com a CDU, a Câmara Municipal comprometia-se: 1.º - a recuperar os desvios na execução das obras pelas freguesias, garantindo a entrega dos projectos necessários à conclusão das obras de todas as juntas de freguesia referentes aos anos de 2017, 2018, 2019, durante o 1.º semestre daquele ano e, até Setembro do ano em curso, as obras do ano 2020, cujas propostas tenham sido apresentadas pelas respectivas juntas de freguesia durante o primeiro trimestre deste ano; 2.º - alterar o modelo de fornecimento de refeições escolares; 3.º - abrir o procedimento, no 1.º trimestre, com vista à elaboração do plano de mobilidade urbana; 4.º - Promover a habitação mediante a requalificação dos bairros municipais; 5.º - criação do Conselho Municipal da Cultura durante o 1.º trimestre deste ano;

→ Perante o exposto disse que era legítimo confrontarem, o Executivo de maioria socialista com uma pergunta mais que óbvia: por que razão só agora, depois do chumbo das GOP e do Orçamento, se tinha disposto a negociar com uma força política representada nos dois órgãos municipais e não antes? Se o tivesse feito, tratando-se para mais de um parceiro político, a CDU, com toda a certeza veria aprovados os documentos de gestão para o ano 2020, com isso poupando dinheiro ao erário público, trabalho redobrado aos funcionários do município e atraso na vigência do orçamento;

→ Terminou afirmando que atendendo aos antecedentes, o Grupo Parlamentar do PSD iria manter o voto de não aprovação de documentos que, na substância, não tinham sofrido qualquer alteração.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 56:19 da 1ª gravação a 03:50 da 2ª gravação\)](#)

→ Informou que sempre que o assunto era orçamento ou linhas-mestras de governação, saltavam para o domínio público palavras graves e juízos de valor, numa grande inflação de significados. O do sentido de responsabilidade, por exemplo, cujo significado estava longe de corresponder a uma apreciação objetiva das ações, pois não tinha sido invocando o “sentido de responsabilidade” que tinha aplicado o mapa de extinção das freguesias? E não teria sido um agudo “sentido de responsabilidade” que tinha eliminado o Ramal da Lousã? E se tinha realizado e aprofundado a fusão dos hospitais? E a tentativa





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de privatização da água, quantas vezes não se tinha valido do argumento do “sentido de responsabilidade” E quem não se recordava do “sentido de responsabilidade” que tinha orientado o definhamento dos SMTUC, em cuja reversão se vinham agora empenhando, num novelo de heranças e decisões que se cruzavam atualmente com os novos desafios da ecologia;

- Disse que para a CDU, “*sentido de responsabilidade*” era cumprir o compromisso geral com a melhoria da vida dos cidadãos. Quando, no passado dia 27 de Dezembro, tinham votado contra as GOP’s e o Orçamento que lhes tinham sido apresentados, tinham-no feito com sentido de responsabilidade, em concerto com as posições que defendiam e com a sua concepção de interesses dos seus eleitores, tendo ali deixado as suas razões, tendo sublinhado, na ocasião, que “*a aprovação das GOP e do Orçamento não marcam o início dos tempos, do mesmo modo que a sua não aprovação não traça o seu final*”, assinalando “*precisarmos de trabalhar mais uns com os outros*”. Tinha sido para aquilo que se tinham disponibilizado: para o encontro de soluções conjuntas que permitissem dotar o Concelho de Coimbra de GOP’s e Orçamento para 2020. A documentação que agora lhes era apresentada não era o programa da CDU. Corresponhia à formulação do Partido Socialista que assumia a responsabilidade de assim concretizar a sua visão de governação municipal. Englobava, no entanto, de forma clara e por proposta da CDU, compromissos que viriam a melhorar a vida dos concidadãos em áreas nas quais tinha sido possível acertar posições. Naquele caso a recuperação dos desvios na execução das obras nas freguesias, garantindo a entrega dos projetos necessários à conclusão das obras de todas as Juntas de Freguesia referentes aos anos 2017, 2018 e 2019 nos termos acordados; e estava naquele caso o início de um trabalho de alteração do modelo de fornecimento de refeições escolares, no sentido de restituir às crianças o direito à educação dos sabores; e também o enriquecimento do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, visando possibilitar a destruição de barreiras de circulação a todos os municípios especialmente àqueles para quem os obstáculos físicos eram impedimento da cidadania; coincidia-se ainda na continuação da aposta na modernização e reforço da frota dos SMTUC e na expansão do serviço público de transporte coletivo de passageiros a todo o concelho; acordaram em promover a habitação através da requalificação dos bairros municipais e do aumento do número de fogos com condições de habitabilidade; e coincidiam na necessidade de mobilizar esforços para colocar imóveis em regime de arrendamento ou venda a custos controlados, mas também para apoiar o associativismo cultural, desportivo ou juvenil, travando a especulação e revitalizando o coração da cidade; e consideravam essencial a criação do Conselho Municipal da Cultura durante o 1.º semestre de 2020, para as tarefas da vida cultural do Concelho e da candidatura de “*Coimbra a Capital Europeia da Cultura em 2027*”.
- Afirmou que a visão que tinham de Coimbra não era catastrofista nem triunfalista, por isso consideravam fundamental que as freguesias adquirissem autonomia e meios para a governação dos seus territórios; era por isso que saudavam a dignidade de lutas como a das trabalhadoras das Piscinas pelo reconhecimento dos seus direitos laborais e sindicais; era por isso que consideravam decisivo o apoio ao movimento associativo no desempenho da sua tarefa de dinamização dos municípios em torno de atividades culturais, desportivas e sociais. As alterações que Coimbra tinha registado ao longo dos tempos e as alterações a que os tempos foram sujeitando Coimbra necessitavam, de opções que permitissem desenvolver as enormes potencialidades do Concelho, valorizando o que havia, estimulando o que fazia falta, cosendo o que precisava de ser cosido;
- Terminou afirmando que, valorizavam o diálogo sem que tal contradizesse o seu empenho nas lutas em que se envolviam, valorizavam o acerto de posições, sem que tal lhes tocasse as convicções. A abstenção na votação das GOP’s e Orçamento Municipal para 2020 não era, para a CDU, o fim de um processo, era precisamente o reinício da renovação do compromisso com os nossos municípios, precisado, naturalmente, do acompanhamento democrático da sua execução.

**Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** ([áudio 04:20 a16:53 da 2ª gravação](#))

- Começou por ler uma curta mensagem do Líder do Grupo Municipal da Bancada do Partido Socialista, Ferreira da Silva, ausente por motivos de saúde: “*Não posso, como gostava, de aqui vos acompanhar. Saúdo-vos a todos e a esta Assembleia Municipal. Permitam-me algumas palavras! Num país como o nosso, com uma democracia consolidada, um governo e a oposição, são igualmente importantes.*”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Também aqui reconheça-se, que o governo municipal e a sua oposição, são honradamente importantes. Tenha-se presente que, no mundo de hoje, mais do que, os interesses constituintes, o que mais deve contar, são os interesses da nossa cidade e concelho. Como já disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, votar contra, é um direito, dar a Coimbra um orçamento, é um dever! É por isso que entendo e apelo, que se deve viabilizar o Orçamento, aprovado, pela Câmara Municipal, o qual prevê, por um lado, o maior volume de investimentos desde 2005 e, por outro, que 54% da receita, seja aplicada em funções sociais. Que da discórdia, nasça o mais perfeito consenso. Obrigado. Ferreira da Silva”*

- Informou que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020 tinham sido debatidas na Assembleia Municipal de 27 de Dezembro, onde tinha expresso a sua posição, com apresentação de números, e onde tinha sido claro na defesa das mesmas como estratégicos para a valorização do concelho de Coimbra, para o sucesso da descentralização de competências para a administração local e para a qualidade de vida dos cidadãos;
- Mais informou que, tendo sido as GOP e Orçamento sujeitas a revisão, ajustamento e aperfeiçoamento, pouco mais haveria a acrescentar, excepto, quanto à clarificação e exercício democrático daquela Assembleia, pois a maior dotação para o exercício dos direitos humanos mantinha-se naquela nova proposta de GOP e Orçamento, saudando as linhas de orientação estratégica apresentadas pelo Presidente Manuel Machado e pelo Partido Socialista, bem como os compromissos públicos de recuperação dos desvios na execução das obras pelas freguesias, a alteração do modelo de fornecimento de refeições escolares, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, a modernização e reforço da frota dos SMTUC, a requalificação dos bairros municipais e aumento dos fogos com condições de habitabilidade, a actualização do levantamento e utilização dos imóveis e a criação do Conselho Municipal da Cultura, bem como saudava a força política CDU, que tinha contribuído para a valorização e incremento daqueles compromissos, previamente assumidos pelo Executivo, com processo de consulta às freguesias após a aprovação do Orçamento, com inversão do modelo em alimentação saudável e projectos de requalificação das escolas, com prioridade na reversão da externalização de serviços, com múltiplas acções de segurança rodoviária e pedonal, obras por toda a cidade e acessibilidade a deficientes, e com a valorização, promoção cultural e apoio às artes que tinham orçamento municipal 5 vezes superior ao pretendido pelos agentes da cultura a nível nacional;
- Disse que, muito gostaria, que os CpC subscrevessem aquela Visão Estratégica; Um Compromisso com a Cidade e os Cidadãos, dado que, das 9 propostas para melhoria das GOP e Orçamento que tinham apresentado ao abrigo do Estatuto da Oposição, tendo 7 sido acolhidas de forma expressa e 2 tinham acolhidas parcialmente, pelo que não viam qualquer razão para que se quebrassem aquele entendimento mas antes se reforçasse em conjunto a capacidade de materialização das ideias em práticas e resultados porque, tal como a saúde era mais importante que a beleza, também as ideias, os projectos e as acções eram mais importantes que as pessoas e as equipas que as prosseguiam.;
- Quanto ao PSD, disse que também ao abrigo do Estatuto da Oposição, tinha apresentado 10 propostas, das quais, 5 tinham sido acolhidas, total ou parcialmente, 2, deveriam ser direccionadas para o Orçamento de Estado e 3, não tinham sido acolhidas, por falta de fundamentação legal, pressupondo então, que no PSD havia razões externas ao interesse da cidade e dos municípios, rejeitando um programa de verdadeiro serviço público a Coimbra;
- Terminou afirmando que obstaculizar o funcionamento da CMC e os investimentos previstos dos quais os cidadãos beneficiavam, de forma a servir interesses partidários e agenda política, não servia Coimbra, por não querer contribuir para mais fazer, impedindo quem queria fazer, pois Coimbra não era ainda um paraíso ou sequer a cidade ideal, mas o Partido Socialista dispunha-se a tudo fazer, em consonância com as instituições políticas, académicas e organizações representativas da sociedade civil e rede social, a par do tecido social, laboral, empresarial e estudantil e suas estruturas, e das forças políticas partidárias que o desejassem, para que Coimbra fosse um exemplo de cidadania e desenvolvimento sustentável que contribuísse para a qualidade de vida e o bem-estar da população.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PSD):** [\(áudio 19:08 a 22:25 da 2ª gravação\)](#)

- Informou que, estavam ali pelo acontecimento inédito da rejeição das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, na última Assembleia Municipal, para o Município de Coimbra e, os motivos do seu chumbo, tinham tido razões políticas, suportadas pela falta aceitação de propostas da oposição pelo Partido Socialista e pelo Presidente Manuel Machado, tendo-o obrigado a negociar uma solução com o PCP, comprando o seu voto, com uma relação de compromissos, em áreas, tais como, as freguesias, para recuperar a execução de obras, que não tinham sido cumpridas pelo Presidente, e orçamentadas nos anos 2017, 2018 e 2019, não deveria ter acontecido, querendo dizer que, o Presidente e o seu Executivo, não tinham executado o que estava estabelecido nos orçamentos, como era o caso: as refeições escolares, que se pretendia que houvesse alteração no seu modelo de contratação e de preparação; a mobilidade dos SMTUC sustentável, quanto à mobilidade e com reforço de frota; a habitação, com a promoção e recuperação dos bairros municipais, sem apresentação de um estudo das necessidades das pessoas com carências habitacionais;
- Terminou afirmando que, todos aqueles compromissos eram uma redundância, à falta de execução do Partido Socialista e do Presidente Manuel Machado nos últimos anos, porque se se verificassem os últimos orçamentos, a execução média das despesas globais era de 72%, a cobrança de receitas, era de 88%, a média dos investimentos, naqueles anos, era de 18 mil euros e, o orçamento para aquele ano, era de 61 milhões de euros sendo que, o excedente, em média, nos últimos 5 anos, em termos de receita do saldo orçamental era de 15.98 portanto, os saldos de gerência acumulados, tinham atingido 35 milhões de euros.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC):** [\(áudio 23:04 a 24:28 da 2ª gravação\)](#)

- Informou que, numa reunião com o Presidente da Câmara e outros presidentes de juntas, sobre a descentralização, este tinha ficado incrédulo como era que a União de Freguesias de Souselas e Botão só recebia 0,96 cêntimos, por metro linear, para limpezas e, a União das Freguesias de Coimbra 5 euros, por metro linear e, volvidos dois meses, tinha tido outra reunião, com outros Presidentes de Junta e também aí, o Presidente da Câmara tinha ficado de novo incrédulo, disse que iria mudar os valores, mas até à data nada, tinha mudado;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara perguntando-lhe como queria, que votassem a favor do orçamento se não falava com as juntas e nem se dignava a alterar as coisas, em prol das freguesias;
- Terminou afirmando que, a CDU não deveria votar a favor do orçamento porque, ao fazê-lo, estava a prejudicar as freguesias rurais que eram as portas de entrada e de saída de Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS):** [\(áudio 25:34 a 27:35 da 2ª gravação\)](#)

- Informou que, corria o risco de muitos dos presentes o considerarem louco, mas não se importava, porque também Nietzsche, era um louco, era um anticristo e, passados muitos anos, muitos que o tinham criticado, tinham acabado por lhe dar razão e, naquela loucura e, sobre as GOP's e o Orçamento, que tinha lido no fim de semana, tinha relido Nietzsche, ouvindo, com a música de fundo, John Lennon e, na sua letra, achou que, sobre o que tinha acontecido em Dezembro, deveria ali trazer uma afirmação daquele músico *“tudo na vida tem um preço, nada era de graça, a diferença faz-se somente entre aceites pagar e aceites as consequências”*
- Terminou afirmando que, o que tinha acontecido em Dezembro, tinha sido um acto de democracia e, como louco disse, que o que ali acontecesse naquele dia, era também um acto de democracia.

### **Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 27:58 a 29:19 da 2ª gravação\)](#)

- Disse que gostaria de estar ali com alegria e com satisfação, porque a Câmara tinha colocado no seu orçamento mais 50%, ou seja, tinha passado para 50 milhões, e assim a sua freguesia, iria ser beneficiada, mas não tinha recebido nada;
- Terminou informando que, iria votar a favoravelmente, vestindo-se de *“limiano”*.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** [\(áudio 29:42 a 31:09 da 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Hernâni Caniço, esclarecendo-o que, talvez por lapso, tinha afirmando que o Movimento “*Somos Coimbra*”, não tinha apresentado proposta, mas o Movimento “*Somos Coimbra*”, tinha apresentado propostas, ao abrigo do direito da oposição, tinha estado presente, quando tinha sido convocado, tinham entregue propostas, não em papel, porque já tinham sido entregues ao Presidente da Câmara pelos seus Vereadores no Executivo, mas nenhuma tinha sido considerada, admitindo que, tenha sido por lapso;
- Lembrou uma frase que tinha ouvido a Mário Soares, na apresentação do seu último livro, quando tinha dito que: “*lamentavelmente, em Portugal, a democracia não existe*”;
- Terminou afirmando que, o que ali se tinha assistido, era a várias manifestações de liberdade de expressão, que muito prezava, mas democracia, havia muito pouca e aquilo que entendia como verdadeira democracia, era muito escassa, o que a tentava dar razão ao Dr. Mário Soares.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

- Informou que, não ia intervir dando lições de democracia, nem lições de civilidade, nem tão pouco de relacionamento interpessoal, sério, honrado e eficaz porque, o que tinha a dizer sobre aquele âmbito, estava dito;
- Mais informou que, em Coimbra, os órgãos do poder local democrático, praticava efectivamente a democracia, já o tinha dito várias vezes e repetia que, já não era novo naquilo, andava ali havia muitos anos, para alguns, tempo de mais, para o povo, que o tinha elegido, o tempo necessário para corresponder às aspirações da comunidade que representava, daí que, afirmações de pseudodemocráticas que se colavam a expressões descontextualizadas do Dr. Mário Soares, dizendo que, poderia repetir “*algumas*” proferidas naquela sala de forma directa, mas dava por conhecido aquilo, e a quem o conhecia pediu que lhe permitissem para parafrasear Miguel Torga afirmando: “*Quem me quiser conhecer, leia-me*” acrescentando “*com atenção e com educação*” porque fazia bem a todos;
- Disse que, do ponto de vista das contas, aquele orçamento ascendia a 150.803.136€. A aprovação das Grandes Opções do Pano e Orçamento era indispensável, as equipas técnicas estavam em estado de prontidão para, de imediato e após a deliberação que, esperava que fosse de aprovação do Orçamento para 2020, primeiramente, darem ordem de processamento dos vencimentos dos trabalhadores municipais, a segunda, era o pagamento dos impostos como a Caixa geral de Aposentações e outras sob pena de aplicação de multas porque, de facto a democracia e a administração pública não eram uma brincadeira, ou que se fizesse pela rama, era preciso agir com responsabilidade;
- Disse apreciar a conduta e a mensagem dos responsáveis políticos do Grupo Político da CDU que, prontamente se tinha disponibilizado para, construtivamente, criarem soluções, dispensando-se de ler aquilo que, da análise técnica resultaria, da não aprovação do orçamento para 2020, remetendo-se para a linguagem técnica porque já tinha ouvido muitas coisas desencontradas e destituídas tais como: “*...que se orçamento fosse reprovado poder-se-ia governar por duodécimos*”. Nada mais errado! Aquilo era um orçamento autárquico e não do estado;
- Agradeceu publicamente a intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço porque o tinha defendido e não jogar na lama a democracia e porque era bom saber, que havia pessoas que de modo próprio ajudavam a prestigiar o poder local e a contestar aquela conduta própria que ofendia e denegria a democracia;
- Informou que, que o documento que tinha lido anteriormente, era sustentado em documentos técnicos e pensava que seria melhor partilhar um texto, que iria ler, com a devida vénia, poderia levar a animar os mais distraídos a gostar, podia estimular os mais preguiçosos a gostar e a valorizar Coimbra;
- *Alguns apontamentos para uma palestra - Esta Coimbra - Amo as gentes e as terras à minha maneira: de coração aberto, olhos nos olhos, retinas presas na paisagem, e bem atento o juízo valorativo, não vá a correcta atitude psicológica descair em sentimentalismos piegas ou descambar em ridículos surtos românticos, que uns e outros são agentes corrosivos do prestígio emocional dos seres ou do*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*torrão amado. Deste jeito - e se amar é conhecer-, amo a esta Coimbra, berço meu, de um amor reflectido e sereno, amor que me vem da meditada interpretação plástico-geográfica da paisagem, do que sei do evoluir do aglomerado urbano no curso das idades, da admiração pela actividade fecunda dos seus filhos, da inteligência do que tem sido o contributo da cidade para a vida colectiva da Grei. Tenho bem presente que se forjou de Coimbra uma visão convencional que implica sempre não sei que cenário falseado, que rouxinóis; não sei que vulto esguio de tricana, que outros motivos de igual dolência, voluptuosa caricatura traçada pela sensualidade de observadores apressados e superficiais. Cada um vê com seus olhos, cada qual sente conforme a sua vida psíquica, cada homem cria as suas paisagens interiores e eu, nesta minha condição humana, também trago comigo uma visão de Coimbra, imagem que bem difere daquela outra cantada por lânguidos trovadores, mas que me parece ser a da Coimbra que importa amar, seja conhecer. Essa Coimbra ...”*

*Texto de A. Fernandes Martins - O Esforço do Homem na Bacia do Mondego*

→ Terminou afirmando que, aquela Coimbra era, a Coimbra de todos!

### Ponto único

#### **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**

- **Delegação de competências municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia, através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos;**
- **Mapa de Pessoal para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LPCA);**

### Deliberação nº 1/2020

A Assembleia Municipal de Coimbra, *deliberou*, nos termos da alínea a), k) e o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, por *maioria de 23 votos a favor (PS), 18 votos contra, (6 – PSD; 6 – SC: 2 – CDS-PP: 2 – CpC; 1 - MPT e 1 - PPM) e 9 abstenções (3 – PSD e 6 CDU)* e, sob proposta da Câmara Municipal datada de 15 de Janeiro de 2020, o seguinte:

- *Aprovar* nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro e, Decreto-Lei nº 814-A/2002, de 5 de Abril, as **“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020”** da Câmara Municipal de Coimbra, **no total de 150.803.156€ na Receita e na Despesa**, dos quais **117.899.340€ (78%)** respeitam a **Receitas Correntes e 32.903.816€ (22%) a Receitas de Capital** e, quanto às **Despesas, 90.000.552€ (60%) a Despesas Correntes e 60.802.604€ (40%) a Despesas de Capital**, totalizando o **PPI 46.496.349€**, as **AMR 55.400.387€** e as **GOP 101.896.736€**;
- *Aprovar* a **autorização para celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e “Acordos de Execução”** entre a Câmara Municipal e as **Uniões e Juntas de Freguesia**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
- *Aprovar* o **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para 2020**, nos termos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, com a substituição da página 10 do documento, nos termos dos artigos 28º e 29º do Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho;
- *Aprovar* o pedido de **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)**, nos termos da alínea c), do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**Declaração de voto do deputado Municipal João Campos (PSD):** [\(áudio 46:54a 49:18 da 2ª gravação\)](#)

→ Informou que no seguimento da última Assembleia Municipal em que, a União de Freguesias de Coimbra, tinha votado contra as **GOP's** e Orçamento para 2020, as mudanças tinham sido zero,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

continuavam à espera da proposta da Câmara Municipal para a descentralização para as freguesias em 2019, proposta aquela que, segundo a lei, deveria ter sido negociada até Julho, num total desrespeito pelas freguesias do concelho e pelo Decreto-Lei nº 57/2019;

- Informou ainda que, curiosamente, tinha sido o Presidente da Câmara, enquanto Presidente da ANMP tinha negociado com a ANAFRE e o Governo a lei, que agora incumpria, continuando assim, as freguesias sem obras e sem projectos ou porque o Gabinete de Apoio às Freguesias não conseguia executar todo os trabalhos que tinha ou porque, quando os projectos chegavam à Secretaria do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal voltavam para trás, num vai e vem que só beneficiava os cofres camarários e empobrecia os municípios e as freguesias;
- Afirmou que, a sua freguesia continuava espoliado em 80% das suas verbas porque a Câmara Municipal fazia as pequenas obras solicitadas pelos munícipes ou da freguesia; continuava a sua freguesia a não ter a nova redação do acordo de execução, que tinha assinado para o quadriénio de 2017/2021, em Outubro de 2018, para logo a seguir, ver o mesmo, alterado pela Câmara Municipal, nem uma semana passada; continuava a sua freguesia a ser uma só, uma vez que o conselho das 31 freguesias, tinha sido enterrado por aquele Executivo quando tinham mudado o critério de apoio às freguesias, no ano transacto, passando a valer 80% para sede das Uniões ou freguesias por isso, o que interessava era que, o Partido Socialista tinha a maioria absoluta das freguesias que não se tinham associado, beneficiando aquelas largamente com fim das 31 freguesias de Coimbra, recebendo mais de 100% do que recebiam antes e, a sua freguesia, mais 12,5%;
- Perguntou se era aquele o melhor orçamento para Coimbra? Que obras da cidade tinham sido discutidas com a freguesia? Que Plano Estratégico tinham? Qual a resposta para os problemas urbanísticos existentes na freguesia? Perguntou à CDU, o que tinha mudado desde Abril até àquela data? Onde estava os relatórios do GAF? Porque se tinha demitido o antigo Director do GAF;
- Terminou informando que, pelo exposto, o Executivo da União de Freguesias de Coimbra, representado pelo seu Presidente, tinha votado contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020.

Assinada e aprovada a deliberação por minuta e sendo dezassete horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão. ●